



Alisson

■ Ecologia

A liquidação amazônica

O fortalecimento da autoridade ambiental incomoda os que lucram com a prepotência e com o desenvolvimento predatório

Ricardo Arnt

Venda. Compra. Abate. Conversão. Transferência. Políticos, líderes militares, diplomatas e jornalistas ilustres mobilizados contra a "internacionalização da Amazônia" rechaçam a idéia de trocar abatimentos na dívida externa por investimento em proteção ambiental na Amazônia. O leitor desavisado que percorrer os jornais das últimas semanas ficará indignado: algum lesa-pátria está tentando vender nossas florestas aos estrangeiros.

Ninguém, entretanto, recebeu uma proposta. Na verdade, quem fala no assunto são os supostos vendedores. Até a semana passada, era relativamente fácil desvendar a trama. Mas a arrogante intervenção do presidente George Bush, induzindo o Japão a suspender as negociações com o governo do Acre sobre o financiamento da pavimentação da estrada Rio Branco - Pucallpa (Peru), complicou um pouco as coisas.

Há indícios de que o gesto de Bush pegou mal, inclusive, entre ecologistas americanos. O governo americano fez-se indiferente à demanda dos acreanos pela estrada — desde que acompanhada de políticas ambientais sensíveis aos impactos que provocará. Chico Mendes, que, em 1987, contribuiu para a suspensão do financiamento do BID para a pavimentação da BR-364 (Porto Velho — Rio Branco) não era contra a rodovia. Era contra uma estrada que sacrificasse seringueiros e índios para beneficiar fazendeiros.

A intervenção de Bush e a idéia de conversão da dívida externa em patrimônio ambiental devem ser diferenciadas. Há inúmeras maneiras do Brasil se beneficiar com a última, e nenhuma implica em "venda" da Amazônia ou "perda de soberania". Por outro lado, as autoridades deveriam se informar melhor sobre a real dimensão da coisa: os *debt for nature swaps* não são "solução" para a dívida externa de ninguém. O maior deles, na Costa Rica, converteu US\$ 5,8 milhões. É pouco para quem deve US\$ 115 bilhões, como o Brasil, mas pode ser tudo para as esquálidas agências de proteção ambiental brasileiras.

Os acordos — O primeiro acordo de conversão foi negociado entre ecologistas americanos e bolivianos, e concluído em julho de 1987. Uma doação de US\$ 100 mil da Frank Weeden Foundation permitiu à Conservation International comprar, com deságio de 75% no mercado paralelo da dívida, títulos da dívida externa boliviana no total de US\$ 650 mil. Os títulos foram doados ao governo boliviano, convertidos em pesos e investidos na implantação da Reserva de Beni, com 1,5 milhões de hectares. Uma Comissão Nacional, constituída por autoridades de Beni, cientistas bolivianos e representantes da Liga de Defesa del Medio Ambiente administra a reserva. A Conservation International fornece consultoria técnica e científica em conservação e manejo de recursos naturais.

Em outubro de 1987, a principal entidade ecologista não-governamental do Equador, a Fundación Natura, fechou um acordo com o Banco Central do Equador para a conversão de um total de US\$ 10 milhões da dívida externa em investimento ambiental. Os equatorianos primeiro fizeram o acordo com o governo e, depois, pediram doações internacionais para comprar os títulos da dívida (com deságio de 65%). Até agora, apenas a World Wildlife Fund americana respondeu positivamente, doando US\$

1 milhão. Os títulos comprados foram convertidos em sucos e investidos na recuperação dos 12 parques e reservas nacionais do país, através da Dirección Nacional de Parques Naturales e da Fundación Natura. O programa está ajudando a criar infraestrutura nos parques, a adquirir pequenas áreas adjacentes e treinar pessoas especializadas em conservação. Ou seja: o Equador diminuiu sua dívida e deu um salutar empurrão no setor ambiental.

O programa mais ambicioso é o da Costa Rica, que, já captou US\$ 5,4 milhões para um Fondo de Conservación de Recursos Naturales, graças às doações das seguintes organizações: Nature Conservancy, Conservation International, World Wildlife Fund (dos EUA, do Canadá e de vários países europeus), Asociación Ecológica La Pacifica, Pew Charitable Trust, MacArthur Foundation, J.S. Noyes Foundation, Fundação Sueca para a Conservação da Natureza, W. Alton Jones Foundation e a Organization for Tropical Studies. Os compradores dos títulos da dívida costarriquense tiveram um deságio de 83%, ou seja: cada dólar foi comprado por 17 cents. O Fundo é administrado pelo Banco Cooperativo de Costa Rica. Os recursos estão sendo usados para expandir, administrar e financiar pesquisas na imponente rede de parques e reservas naturais do país — fonte de lucrativas atrações turísticas.

O país só tem a lucrar recebendo doações de órgãos que defendem a ecologia

Brasil — Chile, México, Argentina e Filipinas (que definiu um teto de conversão de títulos, em 1988, no valor de US\$ 2 milhões) estão estudando os programas que o Brasil solenemente despreza. Há um ano, o deputado federal Fábio Feldman (PSDB-SP) vem tentando, com a ajuda da advogada Barbara Bramble, da National Wildlife Federation, converter US\$ 100 milhões da dívida brasileira em investimento ambiental. Feldman deseja realizar um sonho dos paulistas: um projeto de desenvolvimento auto-sustentado para a reserva de Iguape, no litoral, na divisa entre São Paulo e Paraná, um dos últimos trechos de mata atlântica do Brasil. Em 1987, US\$ 100 milhões da dívida brasileira poderiam ser comprados por US\$ 55 milhões. Hoje, valem US\$ 28 milhões. Até hoje, entretanto, não apareceram os bancos dispostos a doar os títulos.

Se o governo brasileiro, ao invés de hostilizar quem está disposto a ajudá-lo, propusesse à comunidade ambientalista internacional uma campanha de recursos para investimento em proteção ambiental na Amazônia, ninguém duvida que os fundos recolhidos seriam vultosos. Mas o deputado Fábio Feldman já ouviu do general Ivan de Souza Mendes, ministro-chefe do SNI, a sentença: "Na Amazônia não..."

Um bilhão de dólares, estimam fontes bem informadas, poderiam ser abatidos dos 115 bilhões da dívida brasileira. Seria um patamar inédito em acordos do gênero — um evento histórico. Exige, de parte do Brasil, uma diplomacia menos ta-

canha e grupos na sociedade civil capazes de se articularem para elaborar e defender a proposta. É fácil imaginar programas de investimentos em meio ambiente num país como o Brasil — todos eles sob controle de brasileiros e do governo brasileiro, com os estrangeiros, se esse é o problema, remotamente "à distância". Não se deve pressupor que sejam ingênuos, entretanto. Eles não estão dispostos a entregar milhões de dólares a qualquer Departamento de Jardines, no Paraguai, por exemplo, sem garantias de que o dinheiro será usado seriamente.

Algumas idéias, por exemplo: — Em 1988, o extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, negociava um orçamento, para 1988, de US\$ 40 milhões. O Instituto dispunha de 800 guardas para fiscalizar 28 parques nacionais e 15 reservas biológicas. Esse pessoal também devia reprimir a caça ilegal em todo o país... Há décadas, o órgão responsável pela proteção das florestas brasileiras assiste, constringido ao extermínio das florestas do Centro-Sul e da Amazônia. Num país como o Brasil, o IBDF deveria ser uma autarquia poderosa. Cem milhões de dólares investidos no Instituto provocariam uma revolução em defesa florestal no Brasil.

— O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, uma veneranda instituição que, desde 1954, reúne a elite dos pesquisadores da Amazônia (aqueles que ainda não desistiram), uma instituição vital para um desenvolvimento futuro da região diferente do atual, está negociando US\$ 9 milhões para não fechar em 1989. O INPA, como o Museu Goeldi, como o Centro de Pesquisas do Trópico Úmido, como a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, como todos os centros de produção de tecnologia ambiental no país, está à míngua. Só os programas com financiamento exterior se sustentam. Pode-se imaginar o que significa, para cada uma dessas instituições, uma injeção da ordem de US\$ 50 milhões? Parece delírio, mas é possível.

— Pouquíssimas reservas indígenas estão demarcadas no Brasil. Poderíamos demarcá-las todas e criar um monte de Reservas Extrativistas.

— Poderia ser lançado um programa de assistência para recuperação de áreas florestais degradadas pela pastagem e a erosão, envolvendo migrantes de Rondônia, no sul do Pará ou, no Mato Grosso, em projetos educacionais.

— O Brasil poderia investir maciçamente em um programa de exploração das tecnologias de manejo da floresta tropical, ainda não dominadas e necessárias para a exploração ecologicamente sustentada das grandes reservas de madeira da Amazônia.

As perspectivas são enormes. Basta o governo brasileiro acordar, parar de insultar os perplexos ecologistas internacionais e mandar o embaixador Márcio Marques Moreira procurar o chefe do Bureau Ocean, Environmental and Scientific Affairs, William Nitze, em Washington. Nitze é o canal seguro até o secretário do tesouro James Baker. Estados Unidos, Japão e Comunidade Econômica Europeia podem rachar em três esse bilhão de dólares. Os verdes de todo mundo ajudarão.

Naturalmente, o fortalecimento da autoridade ambiental no Brasil perturba alguns setores. Ela pode vir a ser incômoda àqueles que lucram com a prepotência e o atropelo da expansão selvagem do capitalismo na Amazônia. São esses que dizem: "A Amazônia é nossa e ninguém tasca — só nós".